PARECER JURÍDICO

INTERESSADO: Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Jacundá

ASSUNTO: Análise do pedido de rescisão do contrato nº 2022000101, processo licitatório Nº 9/2021-001-CMJ, que versa sobre locação de veículos para as atividades da Câmara Municipal de Jacundá-PA.

DIREITO ADMINISTRATIVO.
RESCISÃO CONTRATUAL.
CONTRATO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS
INTERESSE PÚBLICO. NECESSIDADE DE
ACRÉSCIMO NA QUANTIDADE. OPINIÃO PELA
LEGALIDADE DE RESCISÃO.

I – Contrato Administrativo de locação de veículos para as atividades da Câmara Municipal de Jacundá-PA.

II Necessidade de acréscimo na quantidade e mudança nas especificações do objeto.

III – Pedido de Rescisão Contratual justificado.

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de um pedido de análise de rescisão contratual de locação de veículos para as atividades da Câmara Municipal de Jacundá-PA, realizado pelo Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Jacundá-PA, ao qual revela que a sua manutenção passou a não mais ser de interesse desta Casa de Leis..

2. Assim, a Presidência deste Poder Legislativo, busca a rescisão do contrato em voga, haja vista, a necessidade de acréscimo na quantidade e mudança nas especificações do objeto.

3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

4. Ressalta-se que o presente parecer jurídico é meramente

opinativo, com o fito de orientar as autoridades competentes na resolução de questões postas em análise de acordo com a documentação apresentada, não sendo, portanto, vinculativo à decisão da autoridade competente que poderá optar pelo acolhimento das presentes razões ou não.

5. O pedido ora em análise versa sobre o pedido de rescisão do contrato nº 2022000101, que tem por objeto a locação de veículos para as atividades da Câmara Municipal de Jacundá-PA, processo licitatório Nº 9/2021-001-CMJ.

6. O fundamento para o pedido, é a necessidade de acréscimo na quantidade

7. Nesse sentido, a Lei Federal nº 8.666/93, permite a administração pública proceda à rescisão unilateral de contrato, quando houver a necessidade de acréscimo na quantidade e mudança nas especificações do objeto.

8. Sob esse aspecto, a Lei Federal nº 8.666/93 assim dispõe sobre a rescisão contratual unilateral:

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior; (...)

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

XII - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

9. A rescisão unilateral procedida pela administração somente poderia ser procedida devidamente fundamentada, no caso em tela a motivação para o pedido resta cristalina, face o interesse público e a necessidade da administração de acréscimo na quantidade e mudança nas especificações do objeto do processo em tela.

10. Nesse passo, entende-se pela possibilidade da rescisão do contrato de locação de veículos para as atividades da Câmara Municipal de Jacundá-PA, processo licitatório Nº 9/2021-001-CMJ.

III – CONCLUSÃO

11. Ante o exposto, salvo melhor juízo, presentes os pressupostos de regularidade jurídica dos autos, ressalvado o juízo de mérito da Administração e

os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise dessa Procuradoria Jurídica, e pelos fundamentos apresentados, conclui-se e opina-se que esse Poder Legislativo, com base no presente **PARECER JURÍDICO**, **pode realizar a rescisão unilateral do contrato administrativo nº 2022000101020** devendo resguardar os efeitos produzidos sua efetiva concretização e garantir o direito à ampla defesa e contraditório do então licitante, facultando-lhes a apresentação de manifestação no prazo de 05 (cinco) dias.

12. Por fim, reafirma-se que o presente parecer tem caráter opinativo, não vinculando a atuação do Poder Público, como anteriormente explicitado.

Jacundá-PA 29 de maio de 2023

SERGIO RIBEIRO CORREIA JUNIOR
Advogado
OAB/PA nº 14283-A